CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO – UNILEÃO

REGINA DAMARES DA SILVA

**CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO E AS MODALIDADES DE
LANÇAMENTO**

JUAZEIRO DO NORTE – CE

2018

REGINA DAMARES DA SILVA

**CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO E AS MODALIDADES DE
LANÇAMENTO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio - Unileão, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Esp. Francisco Daniel Gomes da Cruz.

JUAZEIRO DO NORTE – CE

2018

REGINA DAMARES DA SILVA

CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO E AS MODALIDADES DE LANÇAMENTO

Relatório final, apresentado ao Centro Universitário Doutor Leão Sampaio, como parte das exigências para a obtenção do título de Contador.

Juazeiro do Norte-CE, 10 de dezembro de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Esp. Francisco Daniel Gomes da Cruz

Profa. Antônia Valdelucia Costa

Profa. Limadry Vieira Santos

CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO E AS MODALIDADES DE LANÇAMENTO

Regina Damares da Silva¹

Francisco Daniel Gomes da Cruz²

RESUMO

O tema abordado para este trabalho foi a constituição do crédito tributário e as modalidades de lançamento, em que se buscou abordar acerca da constituição desse crédito. O crédito tributário se dá do lançamento de uma atribuição tributária elaborada em virtude da lei. A obrigação tributária decorre da lei. A lei gera o tributo e o fato gerador. Acontecido, surge a obrigação tributária, assim sendo o sujeito ativo deverá mencionar o crédito tributário por intermédio do lançamento. Destaca-se a competência tributária a ser lançada, modalidades de lançamento. O tema foi escolhido pela razão de possuir grande entusiasmo pelo assunto. Assim, este trabalho desenvolveu-se sob uma pesquisa bibliográfica, tendo em vista a necessidade de indagações acerca do tema abordado em uma quantidade razoável de livros e artigos.

PALAVRAS CHAVES: crédito tributário. obrigação tributária. fato gerador. sujeito ativo.

ABSTRACT

The theme approached for this work was the constitution of the tax credit and the types of assessment, in which the constitution of this credit was addressed. The tax credit arises from the assessment of a tax liability established by law. The tax liability arises from the law. The law generates the tax and the taxable event. When the fact occurs, the tax obligation arises, and the taxable entity should mention the tax credit by means of the assessment. It is important to highlight the tax competence to be launched, and the launching modalities. The theme was chosen because you have great enthusiasm for the subject. Thus, this work was developed under a bibliographical research, in view of the need for inquiries about the theme addressed in a reasonable amount of books and articles.

KEY WORDS: tax credit. tax liability. taxable event. active subject.

1 INTRODUÇÃO

¹ Discente concludente do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio – Unileão. E-mail:

² Docente do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio. Especialista em Docência do Ensino Superior e Controladoria. E-mail para contato: danielcruz@leaosampaio.edu.br

O presente trabalho objetiva trazer um estudo a respeito da constituição do crédito tributário, evidenciando a parte conceitual, conduzindo novas ideias ao assunto. A sua composição tem por finalidade, em um assunto próprio, trazer novas luzes e mostrar maiores seguimento sobre o tema.

A legislação tributária nacional é por sua vez profunda e complexa na quantidade de tributos. Defende-se que traga uma nova sistemática na matéria, qualificando conceder o entendimento jurídico e contábil, perante a constituição do crédito tributário, que é o valor verdadeiro de impostos que o contribuinte chega a pagar, em alguma ocorrência.

Beltrão (2014) apresenta que

Na forma do art. 139, portanto, conclui-se que a expressão crédito tributário tem sua origem na própria existência da obrigação principal, sendo aí compreendida a transformação daquele dever principal (determinado no art. 113, § 1o, CTN) que resulta no pagamento de tributos ou de multa. Assim, uma vez existente a já conhecida obrigação principal, dela surgirá o crédito em favor da Fazenda Pública, podendo esta exigir aqueles valores.

Complementando, o direito tributário apresenta estreito ligamento com o direito constitucional, suporte essencial para os outros ramos do direito, no qual se encontra as doutrinas e princípios. Todos os meios do direito, sujeitam-se às normas e aos princípios constitucionais, sendo que alguns, como o direito tributário, tem uma maior ligação.

As regras do direito constitucional estabelecem a organização do estado, a forma e o parâmetro dos órgãos, no modo de adquirir o exercício do poder, até mesmo os direitos políticos e de cidadãos individuais.

Apresentar a estrutura da norma em seu contexto e a sua relevância tem como facilidade mostrar um significado para o princípio, não só no entendimento do contexto, mais no que ela contém, expondo seu entendimento sobre as regras e princípios nas formas das normas.

Contudo, percebe-se que há uma concordância quanto à importância dos princípios constitucionais perante ao lançamento tributário, mostrando-se, dessa forma, a constituição do crédito tributário e suas particularidades.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E TRIBUTAÇÃO

Em estudo ao sistema tributário nacional, distingue-se o entendimento contido na Constituição das normas detentoras de máxima coerência e raciocínio direto na conjuntura, o qual está contido em texto constitucional. O legislador determina sobre o Código Tributário Nacional, por intermédio do art. 133, o seguinte:

Art. 113. A obrigação tributária é principal ou acessória. §1º A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. §2º A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos. §3º A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente a penalidade pecuniária.

Percebe-se que no caput do art. 133 há determinação de dois meios de obrigação, dos quais o principal é a acessória. Nas condições do § 1º, a principal poderia estar em objeto de pagamento ao tributo, como da penalidade pecúnia, no mesmo momento que a segunda, que possui objeto e conduta alcançada em parcelas negativas ou positivas, como prescreve o § 2º do mencionado mandamento.

Na obrigação tributária principal por objeto se tem a quitação do tributo ou pena pecuniária, desfrutando do assunto patrimonial no art. 133 do código tributário nacional.

Segundo Pires 2013, p.3

Os princípios são os alicerces de uma ciência, condicionando toda a estruturação subsequente. Nesse sentido, quebrar um princípio é mais grave que transgredir uma lei, na medida em que o princípio traz consigo todo o conjunto de proposições diretivas de um sistema.

Os princípios manifestam-se de forma integrada à existência constitucional, atuando de forma singular com as regras. Consequentemente, os princípios no ângulo de uma separação da natureza, na linha de pensamento desse autor, isolariam as regras.

A obrigação acessória, transcorre da legislação tributária e por finalidade tem as parcelas, negativas ou positivas, previstas no recebimento ou na fiscalização tributária (Art. 113 § 2º, CTN).

A obrigação principal tem como propósito o pagamento do tributo ou penalização de forma pecuniária e surge com a ocorrência do fato gerador, tendo por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária, extinguindo-se juntamente com o crédito dela decorrente. (Art. 113 § 1º, CTN).

Complementa Rezende, Pereira e Alencar (2010, p. 53) que “a obrigação tributária relativa ao pagamento de tributos ou multas é a obrigação principal na relação entre o ente governamental, também chamado sujeito ativo, e o devedor da obrigação ou sujeito passivo da obrigação tributária”.

A respeito da penalidade pecuniária, o princípio é muito comentado em virtude de colocá-la acerca de uns dos instrumentos da obrigação principal, como também possa gerar o conceito de desordem com a multa e o tributo, em pleno conflito com a disciplina no art. 3º do código tributário nacional.

Considera-se também que a penalidade se adiciona ao crédito tributário. Por outro lado, sempre que a penalidade impedir a ocorrência do fato gerador, é evidente que tal penalidade substituirá a incidência do tributo. (YAMASHITA, 2014).

2.1 SUJEITOS

Conceituando sujeito tributário Caparroz (2018, p. 466) fala que “Sujeito ativo é o titular da competência, ou seja, a pessoa que recebeu poderes da Constituição para legislar e dispor sobre tributos”. O sujeito ativo da obrigação tributária é detentor do direito subjetivo de obrigar o crédito tributário, sendo capaz, de acordo com o ordenação jurídica nacional, união, estados e municípios, no qual possui a competência tributária, sendo capaz de legislar sobre tributos e obrigá-los igualmente com as pessoas públicas que impedem de legislar sobre tributos.

Nesse sentido, o Código Tributário Nacional, em seu art.119, dispõe que “sujeito ativo da obrigação é a pessoa jurídica de direito público titular da competência para exigir o seu cumprimento”.

Yamashita (2014) complementa:

Fica evidenciado assim que não podem figurar como sujeitos ativos da relação jurídica tributária as pessoas jurídicas de direito privado, tais como as fundações, as sociedades religiosas, as empresas públicas ou sociedades de economia mista, sindicatos, serviços sociais autônomos, como o Sesc, Senac ou Senai. Tais entidades privadas podem ter apenas o direito ao produto da arrecadação, mas jamais capacidade tributária ativa.

Segundo Casaliano (2012), a competência tributária ativa tem significado ao exercício da ocupação administrativa, no qual o sujeito ativo da relação tributária está habilitada, por lei, a concretizar os fatos indispensáveis à cobrança e fiscalização do tributo.

A competência tributária ativa se relaciona diretamente com o sujeito tributário que se estende à colocação de credor incluindo a obrigação tributária. Para Rezende, Pereira e Alencar (2010, p.23) “Na cobrança dos tributos, o estado tributa porque precisa de recursos para tratar do que é de interesse comum, mas também porque tem poder para tanto, o chamado poder coercitivo. A ação de tributar é uma prática que perdura há séculos”. Conseqüentemente o grupo de direitos que o estado tem a obrigação de fortalecer por disposição legal constitui aquilo que se acredita como o desempenho das colocações dos órgãos do poder executivo, abraçando a função tributária primária.

Alencar (2010) continua:

Numa perspectiva contemporânea, a cobrança de tributos pode ser vista sob a teoria dos contratos, em que os papéis de quem paga e de quem recebe os tributos é fruto de um relacionamento contratual entre a sociedade, organizações e o governo (Estado).

Na correlação da cobrança tributária existe lançamento tributário. Oliveira (2013, p. 81) observa que “o lançamento corresponde ao ato em que se constitui formalmente o crédito tributário com base na existência de uma obrigação tributária, que, por sua vez, se origina da realização de um fato gerador”. É necessário evidenciar que, tal como o lançamento tributário, as hipóteses de extinção são ocorrências jurídicas ao direito público.

O sujeito passivo como pessoal jurídica ou natural, imposta ao cumprimento da obrigação tributária, tem a responsabilidade jurídica de conceder seu objeto como indireto ou direto. No art. 121, I, do Código Tributário Nacional, o sujeito passivo direto, habitualmente mencionado, é aquele que mostra a ligação direta com fato gerador. O

sujeito indireto, titulado responsável, é aquele que, há não ter a ligação afetiva direta com a ocorrência tributável, como aborda o Código Tributário Nacional, em seu art. 121, II, torna-se “responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa de lei.”

2.2 TRIBUTO

O Código tributário Nacional, em seu Artigo 3º, define tributo como sendo “ toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada”.

No surgimento de uma Obrigação Tributária, deve-se acontecer o fato precedentemente estabelecido em lei. No que se refere ao fato gerador da obrigação principal. Assim, apoderando-se o art. 144 do Código Tributário Nacional, o “fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência” (REZENDE, PEREIRA, ALENCAR, 2010, p.46).

No que se refere à geração da obrigação acessória, o art. 115 do Código Tributário Nacional prescreve que “fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal. ” (REZENDE, PEREIRA, ALENCAR 2010 p.46).

Nesse mesmo seguimento, Bueno (2014) conceitua tributo como a cooperação em moeda que o sujeito gera ao estado, com a justificativa da carência social para a sobrevivência, a partir do qual a existência gera interesse da parte pública, tornando obrigatória a sua arrecadação.

O Código Tributário Nacional, como também o legislador, constitui-se e classifica-se nos mesmos aspectos tributários.

Como definido no art. 145 da Constituição Federal:

Art. 145. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos:

I – Impostos;

II – Taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;

III – contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas

Observando-se a Constituição Federal, faz-se uma categorização dos tributos, considerando-se três tipos: impostos, taxas e contribuições de melhoria.

2.3 COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

Para Carvalho (2018, p. 223), “competência legislativa é a aptidão de que são dotadas as pessoas políticas para expedir regras jurídicas, inovando o ordenamento positivo. Opera-se pela observância de uma série de atos, cujo conjunto caracteriza o procedimento legislativo”. Nesse contexto, é válido constatar que a questão do realce ao caráter especificamente jurídico mantém-se em impactos de condições verídicas ao poder.

No código tributário nacional, dispõe no art. 6º.

Art. 6º A atribuição constitucional de competência tributária compreende a competência legislativa plena, ressalvadas as limitações contidas na Constituição Federal, nas Constituições dos Estados e nas Leis Orgânicas do Distrito Federal e dos Municípios, e observado o disposto nesta Lei. Parágrafo único. Os tributos cuja receita seja distribuída, no todo ou em parte, a outras pessoas jurídicas de direito público pertencerá à competência legislativa daquela a que tenham sido atribuídos.

Nesse seguimento, é reforçado o aspecto de que a organização do sistema tributário nacional não relaciona penas às características básicas de cada tipo do sistema tributário nacional e as limitações para tributar (BELTÃO ,2014). Destacando o aspecto na limitação do poder de tributar, dar-se o nome de competência tributária ao poder legalmente colocado.

Para Carneiro (2016, p.379) “o poder de tributar é ato de soberania estatal outorgado pela Constituição, sendo certo que a distribuição desse poder entre os entes da federação, com o objetivo de preservar o pacto federativo, enseja a competência tributária” .

Carneiro (2016) complementa:

Questão interessante e controvertida é saber se o ente federativo está obrigado a exercer a competência ou se seria apenas uma mera faculdade. Sustentamos que o ente federativo é obrigado ao exercício de sua competência, não sendo uma simples faculdade, pois cabe destacar, inicialmente, que a LC n. 101/2000

(Lei de Responsabilidade Fiscal) procura combater muitas praticas nocivas e abusivas dos administradores públicos, uma vez que passou a estabelecer uma série de sanções, razão pela qual nos posicionamos no sentido de que o não exercício da competência tributária enseja a responsabilidade fiscal.

2.4 RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA

Para Carvalho (2015, p. 233): “o eixo temático da responsabilidade tributária tem-se mostrado, na experiência brasileira, um terreno sobremodo fecundo para o surgimento de dúvidas e imprecisões de todos os tamanhos”. A responsabilidade em base legal transcorre na capacidade específica ao sujeito de colaborar a relação de dever tributário passivo.

Em seu art. 128, o Código Tributário Nacional dispõe que:

Art. 128. Sem prejuízo do disposto neste capítulo, a lei pode atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação.

Por dentro da lei, é capaz de atribuir a vinculação do fato gerador à obrigação. Para Carneiro (2016, p.537): “o tributo deve ser inicialmente cobrado do contribuinte, que é a pessoa que efetivamente praticou o fato gerador, isto é, tem relação pessoal e direta com o fato gerador e, por isso, é também chamado de sujeito passivo direto”. Carneiro (2016) continua abordando que na mesma linha dos aspectos subjetivos que se envolvem o objeto obrigacional, o Código Tributário Nacional traz a delimitação do sujeito passivo como sendo a pessoa obrigada a quitar o tributo ou a que se encontra em punição pecúnia, conforme o art. 121.

Analisando essa temática, Caparroz (2018,p.479) complementa que “a responsabilidade faz surgir a chamada sujeição passiva indireta, que normalmente decorre de um fenômeno de transferência, pelo qual o dever de cumprir a obrigação se desloca do contribuinte para o responsável”.

3 CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Segundo o disposto no art. 139 do Código Tributário Nacional, o crédito tributário se dá na obrigação principal e possui da mesma natureza jurídica, assim sendo o crédito tributário é a obrigação tributária nacional na modalidade do lançamento, isto é, na forma líquida e certa.

Hugo de Brito Machado Segundo (2018) complementa que :

A sistemática do Código Tributário Nacional, crédito tributário é o nome que se dá à formalização da obrigação tributária principal (dever de pagar o tributo ou a penalidade pecuniária), depois que esta é tornada líquida, certa e exigível em função do lançamento. É por isso que o art. 139 do CTN afirma que o crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta.

O Código Tributário Nacional, em seu art. 113, § 1º, determina que a obrigação principal se dá com o acontecimento do fato gerador; e, no seu § 2º, a obrigação acessória transcorre da legislação tributária. O fato gerador é a explicação da norma, de atos e fatos acontecidos, dos quais surgirão a obrigação tributária.

Complementa Caparroz (2018 p. 458) que “[...] a melhor expressão para definir o fenômeno da incidência, é certo que tanto a Constituição como o Código Tributário Nacional consagram a expressão fato gerador, usada no Brasil pelo legislador desde a década de 1960”.

Acontecido o fato gerador unificado na diretriz individual e sólida, forma-se uma relação jurídica com contribuinte e tributador. Ichihara (2015, p. 139) completa esse seguimento ao afirmar que se reconhece “o caráter declaratório do crédito, em face do Direito Positivo vigente e constitutivo da obrigação”.

O artigo 139 do Código Tributário Nacional relata que “o crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta”. De outro modo, o crédito tributário, visto ser materializado à relação jurídica obrigatória, dá nascimento à obrigação do crédito tributário.

3.1 LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO

O lançamento tributário, no art. 142 do Código Tributário Nacional é um mecanismo administrativo propenso a averiguar a ocorrência do fato gerador da obrigação relacionada, bem como mostrar o sujeito ativo e o sujeito passivo, estabelecer a matéria tributável e calcular definindo, por outro método, a quantia do crédito tributário, sobreposto, se for o caso, a punição justa, dito que o lançamento, portanto, é formado do crédito tributário.

De acordo Irapuã (2014)

Para que a obrigação seja transformada no crédito tributário dotado de exigibilidade, é indispensável a formalização por meio de uma atividade administrativa. Tal atividade é o lançamento, incorporando a nomenclatura e características básicas já existentes na lei geral das finanças públicas para a arrecadação de todas as receitas estatais (arts. 52/53 da Lei no 4.320, de 1964). Assim, o lançamento vai permitir à administração tornar a obrigação tributária algo líquido e certo, passível de exigência pela Fazenda.

O ato administrativo, descrito como “lançamento” por objetivo tem a escrituração, a sua formação de que surge, o fato gerador do crédito tributário, sendo assim, o lançamento tem a origem declaratória ocorrida. Sobre a colocação “constituir” dita no art. 142 do Código Tributário, entende-se no sentido de “organizar”, como também “formalizar” a ocorrência do crédito tributário.

O art. 142. do Código Tributário Nacional refere-se ao ato do lançamento tributário e colocação de constituir o crédito tributário. No caput do artigo citado, detalha-se a finalidade do lançamento de apurar a ocorrência do fato gerador da obrigação equivalente, mostra-se a matéria tributável, resolve-se o total devido e apresenta-se o sujeito passivo, de maneira que se minimize uma declaração que já existente.

Mesmo que no art. 142 do Código Tributário Nacional disponha da expressão “Procedimento administrativo”, o lançamento tributário não se dá como procedimento, e sim ato. Nas citações contidas nele, mostra-se uma quantidade explicada de operações que se juntam ao processo administrativo na ação da lei tributária.

4 METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos propostos neste trabalho, seguiu-se uma metodologia que norteou ações a serem tomadas. Assim, no presente trabalho, foi utilizada a pesquisa explicativa, buscando aprofundar-se no conhecimento que determina o “porquê” das coisas. Para Pinheiro (2010, p. 22), “a pesquisa explicativa visa identificar os fatos que determinam ou contribuem para ocorrência dos fenômenos. Aprofundando o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o “porquê” das coisas. Quando realizada as ciências naturais, requer o uso do método experimental, e nas ciências sociais requer o uso do método observacional. Assume em geral a forma de pesquisa experimental e pesquisa *expost-facto*”.

Os procedimentos utilizados para a realização da pesquisa tiveram como base a pesquisa bibliográfica, sendo o tipo de pesquisa feita a partir de materiais já publicados, principalmente em livros, artigos de jornais, revistas e, atualmente, materiais publicados na internet (MARTINS, 2004). Nesse tipo de pesquisa, é comum encontrar diferentes opiniões entre autores, cuja tese de um autor é contrariada por outro autor ou até mesmo reforçando e concordando com uma mesma tese.

O trabalho contou, também, com a pesquisa documental, realizada a partir de consulta de documentos, com o objetivo de coletar dados não analisados antes, para elaboração de um determinado trabalho. Esse tipo de pesquisa vem sendo muito usado nas ciências sociais, tendo em vista sua aplicabilidade para se comparar os fatos sociais. Segundo Martins (2004 p.86), “ a pesquisa documental visa coletar elementos relevantes para o estudo em geral ou para a realização de um trabalho em particular. É aquela realizada a partir da consulta de documentos e registros que confirmam determinado fato, ou seja, de documentos considerados cientificamente autênticos. Esse tipo de pesquisa tem sido largamente utilizado nas ciências sociais, na investigação histórica, a fim de compara e descreves fatos sociais, estabelecendo suas característica e tendências.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tributação, acontecimento de grande enredamento, não encontra significado único, diminuindo, assim, as ações de indagações ao meio político e jurídico, ainda que intransigente a tal dificuldade.

Por fundamentar a autoridade jurídica, a tributação interpreta-se apenas em aspectos. Sendo assim, não há como criar um conceito ao poder jurídico que não alcance também os significados da política. Indubitavelmente, o lançamento tributário é um ato de afirmação jurídica, cedido ao órgão do administrativo fiscal minimamente com o intuito de quitar e exigir o pagamento do tributo.

Ao conteúdo do poder de tributar, nesse mesmo seguimento, mostra-se conveniente, sendo um alicerce para a autoridade estatal, que de comum se distancia da justiça tributária. Surge a obrigação tributária, de uma circunstância de fato antecipada em lei, como parte essencial para sua ocorrência. Em outros termos, surge a materialização da hipótese que se incidência tributária, na qual o desejo contribui, dito que se reporta a fatos jurídicos.

Essa solidificação surge de elementos de ocorrência de direito e sujeita-se da incidência da conduta da tributação, que acontece no momento de fato equivalente ao detalhamento normativo. Essa locação é reconhecida em função de elementos jurídicos e de fato.

O lançamento tributário, é um ato administrativo designado a anunciar o crédito tributário, que é processado no surgimento da obrigação e quando se assume o seu objeto. Pode surgir erros na apuração ou na mensuração da obrigação tributária, sendo assim surge a Constituição do Crédito Tributário, que correlaciona com a obrigação tributária inexistente ou mais alta do que a obrigação tributária existente.

Assim, conforme se percebe no art.150 do Código Tributário Nacional, e diante do que foi exposto, o lançamento tributário não se dá como um ato jurídico imprescindível perante à quitação dos tributos, nem que se possa cobrar de forma judicialmente ou administrativamente.

REFERÊNCIAS

- AMAURY, José Resende; PEREIRA, Carlos Alberto; ALENCAR, Roberto Carvalho. **Contabilidade Tributária Entendendo a Lógica dos Tributos e seus Reflexos sobre os Resultados das Empresas**. São Paulo: Atlas, 2010. Disponível em <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br>>. Acessado em 26 set. de 2018.
- BRASIL. **Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional**. Disponível em: https://www.meuvademeconline.com.br/legislacao/codigos/6/codigo-tributario-nacional-lei-n-5-172-de-25-de-outubro-de-1966/artigo_113#:~:text=Art.com%20o%20cr%C3%A9dito%20dela%20decorrente. Acessado em: 27 de Set. 2018.
- BELTRÃO, Irapuã. **Curso de Direito Tributário**. 5º ed. São Paulo: Atlas 2014. Disponível em <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br>>. Acessado em 25 set. 2018.
- BRASIL. CÓDIGO TRIBUTARIO NACIONAL. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5172.htm> Acessado em 27 de Set. 2018.
- CARNEIRO, Claudio, **Curso de direito Tributário e Financeiro**. 6º ed. São Paulo: São Paulo 2016. Disponível em <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br>>. Acessado em 25 set. 2018.
- CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de direito tributário**. 29ª ed. São Paulo: Saraiva 2018. Disponível em <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br>>. Acessado em 15 set. 2018.
- CAPARROZ, Roberto. **Direito Tributário Esquematizado**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva 2018. Disponível em <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br>>. Acessado em 15 set. 2018.
- CASALIANO, Vinícius. **Direito Tributário**. São Paulo: Saraiva, 2012. Disponível em <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br>>. Acessado em 25 out. 2018.
- ICHIHARA, YOSHIAKI. **Direito Tributário**. 19ª ed. São Paulo: Atlas 2015. Disponível em <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br>>. Acessado em 25 set. 2018.
- PIRES, Antônio Cecílio Moreira. **Direito Administrativo**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2013. Disponível em <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br>>. Acessado em 25 set. 2018.
- YAMASHITA, Douglas. **Direito Tributário uma visão sistemática**. São Paulo 2014. Disponível em <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br>>. Acessado em 25 set. 2018.